

Franceses estranham que divergências permaneçam

ANY BOURRIER
Correspondente

PARIS — A divulgação dos termos da contra-proposta de reescalonamento da dívida externa brasileira, feita pelo Comitê dos Credores, em Nova York, provocou reações de espanto e perplexidade na Diretoria do único banco francês que faz parte do Comitê. Segundo fontes deste banco, a discordância entre o total dos novos empréstimos que o Governo brasileiro solicita e a contra-oferta do Comitê é incompreensível, tendo em vista o clima de boa vontade e entendimento que caracterizou as negociações de Nova York desde outubro do ano passado.

Os banqueiros franceses estão otimistas e afirmam que já têm todos os elementos necessários para chegar a um acordo mutuamente aceitável. E não entendem porque a contra-proposta do comitê não corresponderia à esperanças da equipe de negociadores brasileiros.

Segundo o banqueiro francês, os credores não estão endurecendo o jogo. O que acontece é que eles examinaram o problema da dívida externa brasileira baseados na situação real

da economia do País. E por isso, acham que o Brasil não pode solicitar novos empréstimos com base em cifras que não são refletem a realidade. Os financiamentos solicitados devem corresponder às necessidades definidas e precisas do programa de saneamento econômico do Brasil.

Até agora as numerosas discussões de Nova York indicaram o rumo do reescalonamento, ou seja, atender às exigências do Governo brasileiro no limite das cifras reais dadas a conhecer, argumentam os banqueiros, para os quais, o trabalho da equipe brasileira que volta à mesa de discussões em Nova York é exatamente este, o de justificar o interesse dos empréstimos pedidos através da adequação deles à demanda da economia do País.

Intrigada com a diferença entre o nível de novos créditos solicitados pelo Governo brasileiro (11,5 bilhões de dólares) e a quantia oferecida pelo Comitê em sua contraproposta (entre US\$ 4,5 e 5,5 bilhões) a fonte ponderou que a variação dos objetivos do Brasil e da posição do Comitê, não vai além de 10% ou 20%, jamais seria de 100%.

Para os membros do Comitê dos

credores, em Nova York, o Brasil pode considerar-se satisfeito com o nível dos empréstimos que lhe serão autorizados, nas negociações da próxima semana.

— Que mais as autoridades brasileiras podem esperar dos credores, cujos juros não são pagos, há tanto tempo? — pergunta o banqueiro francês. Mas ele mesmo concorda que o clima mudou muito e que o Brasil e os bancos não negociaram em vão nos últimos meses.

A decisão de suspender a moratória, o provável acerto com o FMI e os entendimentos próximos com outras agências financeiras internacionais, modificaram totalmente o enfoque do problema do endividamento brasileiro, garante a fonte. Os empréstimos já estão definidos. A forma de pagamento dos juros suspensos durante o período da moratória também está acertada. Só faltam alguns detalhes do acordo provisório de novembro que não foram encaminhados com se esperava, o resto é questão de tempo, disse.

Os franceses não estão contentes com o vazamento dos termos da contra-proposta. O banqueiro observa que havia o compromisso, entre banqueiros e os negociadores brasilei-

ros, no sentido de manter discrição e não publicar nenhum dos termos da negociação. Os europeus obedeceram e não saiu notícia em nenhum jornal do Continente.

— Existe concretamente uma proposta conjunta que nos parece ser construtiva mas ainda é cedo para revelar seu conteúdo. Sabemos que houve avanço, que as negociações não recuaram. Porém, não foram tomadas ainda decisões definitivas — diz o banqueiro.

O credor francês explica que embora ainda haja muito caminho pela frente, houve muito progresso nas negociações até agora. A moratória já é coisa do passado, desde que o Ministro da Fazenda reconheceu que foi um erro, a Diretoria do Banco Francês do Comitê considera-se satisfeita com tal reconhecimento. Pois, segundo a fonte, prova que houve profundas mudanças na posição do Governo brasileiro em relação a época em que afirmava que a moratória deveria ser mantida.

Os credores franceses acreditam que a negociação de reescalonamento da dívida brasileira, prevista para a próxima semana, vai ser resolvida rapidamente, em oito dias.